



EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CT N° 129/2023 – Pregão Eletrônico 003/2023. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de publicidade legal, a ser veiculada em jornal de grande circulação. Valor: R\$ 385.506,00. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

CT N° 122/2023 – Pregão Eletrônico 043/2023. Objeto: Aquisição de equipamentos e insumos para laboratório. Empresa: AIQ Ferramentas e Instrumentos Ltda. Valor: R\$ 1.392,67. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

CT N° 127/2023 – Pregão Eletrônico 043/2023. Objeto: Aquisição de equipamentos e insumos para laboratório. Empresa: Polovei Comercio de Equipamentos Ltda. Valor: R\$ 1.472,00. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP N° 228/2023 – PE 045/2023. Objeto: Aquisição de mobiliário de escritório para Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Empresa: Costa & Silva Comercio de Moveis e Utilidades Ltda. Valor: R\$ 90.519,50. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

ARP N° 233/2023 – PE 026/2023. Objeto: Aquisição de perfurocortantes e material médico. Empresa: José Dantas Diniz Filho- ME. Valor: R\$ 76.800,00. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

ARP N° 230/2023 – PE 045/2023. Objeto: Aquisição de mobiliário de escritório para Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Empresa: Dimas Industria de Móveis Ltda. Valor: R\$ 90.429,00. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL N° 075/2023 – TOMADA DE PREÇOS. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção e instalação de uma fonte Olhos de Santa Luzia localizada na rotatória onde há o entroncamento das vias: Avenida das Indústrias, Rua Rio das Velhas e Rodovia Camilo Teixeira da Costa, em Santa Luzia, conforme projeto básico. Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo (sala 01), até às 09h30min do dia 26/09/2023 e abertura às 10h do mesmo dia, no Auditório da Prefeitura Mun. de Santa Luzia/MG, Av. VIII, n° 50, B. Carreira Comprida, CEP 33.045-090. O Edital poderá ser baixado no endereço eletrônico: <https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/licitacao/>.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EDITAL N° 057/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO-SRP. Objeto: Materiais para a realização de oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, estruturadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. O Pregoeiro Thiago Pereira de Carvalho ADJUDICA em 04/09/2023 o item 024 para a empresa Kiver - Comercio de Suprimentos para Informatica Ltda, no valor global de R\$ 1.826,0000; o item 028 para a empresa Styllus Distribuidora Comercio e Servicos Ltda, no valor global de R\$ 880,0000; os itens 021 e 023 para a empresa Brasil Papers Industria, Comercio, e Distribuicao de Produtos e Equipamentos Div, no valor global de R\$ 24.655,0000; os itens 027 e 030 para a empresa W&M Comercio e Distribuicao Ltda, no valor global de R\$ 940,0000; os itens 001, 005, 017, 019, 022, 029, 031, 032, 035, 036, 037 e 038 para a empresa Alianca Comercio e Distribuicao Ltda, no valor global de R\$ 28.114,4000; o item 039 para a empresa JR2 Comercio de Variedades Ltda, no valor global de R\$ 1.183,9200; o item 016 para a empresa Exclusiva Comercio e Servicos, Papelaria e Informatica Ltda, no valor global de R\$ 1.290,0000. Os itens 003, 004, 008, 009, 010, 011, 012, 041, 042 e 043 foram DESERTOS. Os itens 002, 006, 007, 013, 014, 015, 018, 020, 025, 026, 033, 034 e 040 restaram FRUSTRADOS. O Secretário Municipal de Administração, Estratégia e Gestão de Pessoas, Thiago Henrique Ferreira, HOMOLOGA o procedimento em 05/09/2023 para seu efeito jurídico e legal.

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2022

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA DE TÍTULOS

https://drive.google.com/drive/folders/13QmIk0Lj-1kpfyQxz95iH7AQRCiG4_02?usp=sharing

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 23.926, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Estabelece instâncias de governança, normas e os procedimentos a serem adotados por todos os órgãos da administração nos contratos firmados pela Administração Direta e Indireta do Município de Santa Luzia - MG.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VI do caput do art. 71 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n° 4.570, de 30 de março de 2023, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e dá outras providências, criou a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, que é o órgão de assessoramento ao Prefeito de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relacionadas com o planejamento urbano, elaboração de projetos arquitetônicos e executivos, e elaboração dos instrumentos de orçamento público, legislação e políticas urbanas;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n° 4.570, de 30 de março de 2023, criou a Gerência de Ações de Controle e Monitoramento, que tem atribuição de controlar o processo de monitoramento visando auxiliar na tomada de decisões e o gerenciamento correto das intervenções, gerenciar a fiscalização do controle de despesas, confrontando a regularidade dos atos que resultem em dispêndio e, manter alinhamentos junto à Controladoria Municipal para a instauração de possíveis procedimentos;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n° 4.570 de 30 de março de 2023, criou a Coordenadoria de Acompanhamento e Controle de Despesas, que tem como atribuição fiscalizar a regularidade dos atos que resultem em arrecadação e o recolhimento das receitas, a realização das despesas em todas as suas fases, bem como o nascimento, a modificação ou a extinção de direitos e obrigações do Município, coordenar junto às Secretarias Municipais às confrontações de obras, serviços, materiais, máquinas e equipamentos com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório, no empenho da despesa e no contrato, quando houver, examinar a realização física dos objetivos e metas expressos em planos, programas, projetos e orçamentos e, promover a avaliação e conciliação entre os custos operacionais e os resultados;

CONSIDERANDO que cabe à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento conduzir o planejamento governamental, na perspectiva de definir diretrizes, objetivos, iniciativas e metas do Município, devendo ser um instrumento prévio para determinar assim, a atuação do governo;

CONSIDERANDO que é essencial manter a vigilância constante sob a disponibilidade orçamentária e financeira das despesas a serem realizadas, para assim, evitar prejuízos no que tange a continuidade dos serviços públicos essenciais e das despesas constitucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar o devido controle e a busca da eficiência na execução dos contratos firmados pelo Município para a realização de obras e reformas, manutenções, prestação de serviços e aquisições e;

CONSIDERANDO que as ordens de fornecimento ou serviço nada mais são do que comandos concretos expedidos pela Administração para que o contratado realize os fornecimentos em quantidade, prazo e local definidos no edital, em razão das demandas efetivas que precisam ser satisfeitas;

RESOLVE:

Art. 1° Ficam estabelecidas instâncias de governança, normas e os procedimentos a serem adotados por todos os órgãos da administração nos contratos firmados pela Administração Direta e Indireta do Município de Santa Luzia nos termos desta Portaria.

Art. 2° Fica determinado que, cabe aos responsáveis pelos órgãos da administração sempre providenciar a análise da essencialidade da contratação, do que for remetido para aquisição à Secretaria de Municipal Administração, Estratégia e Gestão de Pessoas através da Gerência de Licitações e Contratos.

Art. 3° Fica determinado que os órgãos deverão, previamente ao encaminhamento do Documento de Formalização de Demanda – DFD à Secretaria Municipal de Administração, Estratégia e Gestão de Pessoas, remeter tal documento à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

§ 1° Os órgãos deverão, previamente à emissão de ordem de serviço ou fornecimento, encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

§ 2° Os encaminhamentos indicados no caput e no § 1° devem estar acompanhados dos documentos abaixo, quando couber:

I - a justificativa da necessidade da aquisição de bens ou da prestação do serviço, devidamente fundamentada;

II - descrição de todos os argumentos que indiquem a necessidade da contratação, com comen-

tários a respeito do que vem ocorrendo no órgão solicitante, o que se espera com a contratação, quantificando/qualificando os ganhos e, o que pode ocorrer se não houver a contratação;

III - documento que ateste a existência de saldo orçamentário ou, apontamento acerca de eventual necessidade de suplementação;

IV - cópia do empenho global ou estimativo, e;

V - descrição se eventual despesa será financiada através de recuso próprio do tesouro municipal ou recurso vinculado, no caso deste último, apontar a conta.

Art. 4º Não é de competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento adentrar questões técnicas inerentes a cada órgão, atestar legalidade e/ou reavaliar procedimentos licitatórios.

Art. 5º Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento verificar se a despesa em questão é prioritária, se sua execução orçamentária está adequada e, após, remeter para análise da Secretaria Municipal de Finanças que deverá ratificar a possibilidade de dispêndio financeiro.

Art. 6º Deverá a Secretaria Municipal de Finanças, formalizar resposta à Secretaria de Municipal Planejamento e Orçamento, apontando se o caixa municipal suportará eventual despesa, seja ela custeada com recurso vinculado ou recurso oriundo do tesouro municipal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 11 de setembro de 2023.

Luiz Sérgio Ferreira Costa
Prefeito do Município de Santa Luzia

Santa Luzia, 11 de setembro de 2023

PROJETO DE LEI Nº , DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Institui o programa de incentivo “IPTU Premiado” no Município de Santa Luzia - MG.

Art. 1º Fica instituído o Programa denominado “IPTU Premiado”, que tem por objetivo incentivar e incrementar a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de acordo com os termos desta Lei.

Art. 2º Para execução do Programa “IPTU Premiado” o Poder Executivo Municipal realizará sorteio de prêmios, em favor dos contribuintes do IPTU do Município de Santa Luzia.

§ 1º Os prêmios citados no caput poderão ser constituídos nas seguintes formas:

I - bens móveis;

II - bens imóveis; ou

III - prêmios em dinheiro.

§ 2º Os valores, prêmios específicos e datas dos sorteios referidos no caput serão definidos e regulamentados mediante decreto municipal.

Art. 3º Poderão participar do Programa “IPTU Premiado” todos os contribuintes do IPTU do Município de Santa Luzia - MG, na condição de titulares do domínio útil, possuidores a qualquer título, ou ainda locatários dos respectivos imóveis.

§ 1º O locatário do imóvel somente fará jus ao recebimento do prêmio se comprovar sua condição mediante apresentação de contrato de locação com firmas reconhecidas das partes no qual conste, de forma expressa a responsabilidade pelo pagamento do IPTU.

Art. 4º A realização dos sorteios deverá ocorrer de forma pública e transparente, promovendo a maior visibilidade possível, desde a campanha de divulgação até a divulgação de seus resultados.

Art. 5º Não poderão participar do sorteio dos prêmios do Programa “IPTU Premiado”:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais de Santa Luzia - MG e seus respectivos cônjuges, companheiro ou companheira, ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

II - os Vereadores da Câmara Municipal de Santa Luzia - MG e seus respectivos e seus respectivos cônjuges, companheiro ou companheira, ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

III - os membros da Comissão Organizadora da Campanha “IPTU Premiado” e seus respectivos cônjuges, companheiro ou companheira, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e

IV - os contribuintes que possuem isenção ou imunidade, total ou parcial, do pagamento de IPTU, conforme legislação municipal.

Parágrafo único. Aplicam-se às disposições contidas no caput àqueles que estiverem ocupando efetivamente o cargo na data do sorteio.

Art. 6º Somente fará jus ao prêmio o contribuinte que, até o último dia útil do mês anterior à realização do sorteio, não tiver nenhum débito, seja de que natureza for, inscrito ou não em dívida ativa, referente ao imóvel contemplado.

§ 1º Não fará jus ao recebimento do prêmio o contribuinte que não estiver rigorosamente em dia com os pagamentos dos débitos objeto de parcelamento, inclusive com a parcela vencida até ao último dia útil do mês anterior à data da realização do sorteio.

§ 2º Não fará jus ao recebimento do prêmio ainda o contribuinte que conste no registro de inadimplência de obrigações, de natureza tributária ou não, de pessoas físicas e jurídicas, perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santa Luzia - MG, passíveis de inclusão no Cadastro de inadimplentes - CADIN, nos termos da Lei nº 3.481, de 05 de maio de 2014.

Art. 7º Os prêmios somente serão entregues aos contemplados mediante a assinatura do correspondente recibo, apresentação de documentos de identificação e de documentos que comprovem o preenchimento das condições desta Lei e do regulamento do Programa, inclusive à adimplência com os tributos municipais.

Art. 8º Constitui pré-requisito obrigatório para o recebimento do prêmio a prévia autorização para veiculação da imagem dos vencedores nos meios de comunicação do Município de Santa Luzia - MG.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir bens materiais para a premiação da campanha de arrecadação “IPTU Premiado”.

Art. 10. Deverá ser instituída mediante decreto municipal comissão específica com incumbência de organizar, auditar e realizar os sorteios do Programa “IPTU Premiado”, composta por 05 (cinco) servidores públicos pertencentes ao quadro de servidores do Município.

Parágrafo único. Os casos omissos serão decididos soberanamente pela Comissão Organizadora, cabendo recurso ao Secretário Municipal de Finanças, conforme previsto em regulamento.

Art. 11. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art.12. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das seguintes dotações próprias orçamentárias, sujeitas a suplementação, se necessário:

Dotação Orçamentária: 02.026.002.04.129.3020.2678

Programa de Incentivo a Quitação de Tributos Municipais

Elemento de Despesa: 33.90.31.00 Fonte 1500 Ficha 1979

Art. 13. O valor anual máximo destinado à compra de premiações será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser utilizado de acordo com a prática do Programa.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luiz Sérgio Ferreira Costa
Prefeito do Município de Santa Luzia

MENSAGEM Nº 053/2023

Santa Luzia, 11 de setembro de 2023.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de lei que “Institui o programa de incentivo ‘IPTU Premiado’ no Município de Santa Luzia - MG.

I – DO MÉRITO DO PROJETO

O presente Projeto de lei se apresenta como uma medida inovadora para impulsionar a arrecadação tributária no âmbito municipal e que se refere à arrecadação do imposto territorial e predial urbano (IPTU) e visa instituir no Município uma política de incentivo à arrecadação fundada em estímulos financeiros, cuja finalidade é impulsionar o contribuinte a ficar em dia com suas obrigações fiscais, almejando, assim, elevar os níveis de arrecadação do imposto nas receitas próprias.

Sabe-se que encontrar alternativas capazes de aumentar a arrecadação de receitas próprias é um grande desafio para os gestores municipais, portanto, o presente projeto representa a busca pela boa governança municipal capaz de promover o desenvolvimento econômico e social, com o auxílio de mecanismos inovadores de relacionamento com a sociedade.

O Programa “IPTU Premiado” abrange participação e transparência, aliadas à uma ferramenta de criar de mecanismos diante da escassez de recursos em muitos municípios com modernização da gestão pública, participação social e responsabilidade social.

O programa incentiva a arrecadação de impostos mediante concessão de descontos e sorteios de prêmios, como menores custos possíveis de funcionamento e manutenção, de modo a atender aos demais objetivos da política orçamental.

II – DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROGRAMA IPTU PREMIADO.

A Constituição Federal de 1988 criou o sistema tributário nacional, bem como conservou e ampliou o grau de autonomia fiscal dos estados além de estabelecer os objetivos fundamentais da União.

A União dispõe de meios para a realização desses objetivos, que se expressam no poder de tributar, isto é, instituir leis que obriguem o cidadão a entregar valores aos cofres públicos, independentemente da sua vontade, considerando a capacidade econômica do contribuinte.

Portanto, o dever de pagar tributo é imposto pela lei, somente a lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo, conforme o art. 5º, inciso II da Constituição Federal brasileira. Ademais o imposto sustenta-se na ideia de solidariedade social, as pessoas ficam obrigadas a contribuir com o Governo, fornecendo-lhe os recursos de que este precisa para buscar a consecução do bem comum.

Os impostos são, por definição, tributos não vinculados, ou seja, não é permitida a vinculação de sua receita a órgão, fundo ou despesa, e incidem sobre manifestações de riqueza do contribuinte.

Apesar de caracterizar-se como um instrumento do poder executivo para manter sua própria estrutura, o tributo pode desempenhar outras funções em uma perspectiva não arrecadatória, denominada extrafiscalidade.

O IPTU é um tributo tipicamente local, que onera os proprietários de imóveis localizados na área urbana do município e sua arrecadação ajuda a compor o conjunto dos recursos próprios do muni-